



Distrito Federal, 10 de janeiro de 2024

Ofício n.º: 03/2024/MATRIA

Assunto: Denúncia sobre a perseguição política contra Reem Alsalem

Destinatário: Casa Civil - Presidente da República.

Caríssimos Senhores e Senhoras,

Denúncia sobre a perseguição política contra Reem Alsalem, Relatora especial violência contra mulheres e meninas da ONU, por parte de setores e órgãos do Governo brasileiro: "Nota sobre o posicionamento da Relatora da ONU" de 01 de Novembro de 2023

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/nota-sobre-o-posicionamento-da-relatora-da-onu>

1- Quem é Reem Alsalem¹

Reem Alsalem é Relatora especial das Nações Unidas sobre violência contra Mulheres e Meninas, suas causas e consequências, desde julho de 2021, tendo sido nomeada pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas para mandato de 3 anos.

Antes disso foi consultora de vários departamentos, agências e programas das Nações Unidas, como a ONU-Mulheres, o OHCHR, a UNICEF e a IOM, bem como de organizações não governamentais, grupos de reflexão e universidades. Anteriormente, trabalhou como funcionária pública internacional, servindo o UNHCR em treze países. Durante o seu serviço, planejou, implantou e monitorou programas que serviam para proteger pessoas sobreviventes de violência baseada no gênero, em especial mulheres e meninas.

Reem é mestre em Relações Internacionais pela Universidade Americana do Cairo, Egito (2001) e em Direitos Humanos pela Universidade de Oxford, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (2003).

2- A importância de seu trabalho como relatora

¹ <https://www.ohchr.org/es/special-procedures/sr-violence-against-women/reem-alsalem>

Em sua atuação como relatora, Reem sempre esteve atenta a discussões e problemáticas que afetam crianças e mulheres brasileiras, como a Lei da Alienação Parental. Enquanto no Brasil órgãos da Rede de Proteção à Criança e Adolescentes, e entidades ligadas aos Direitos de Crianças e Mulheres ignoravam as vítimas da Lei da Alienação parental, em 04 de Novembro de 2022, a relatora já emitia nota quem que pedia "que novo governo combata a violência contra mulheres e meninas e revogue a lei de alienação parental"²

Quando o Conselho Federal de Serviço Social emitiu em Dezembro de 2022 a "Nota técnica: O trabalho de Assistentes Sociais e a Lei de Alienação Parental (12.318/2010)", a relatora usou suas redes sociais³ para manifestar apoio à entidade profissional brasileira, pelo documento normativo publicado, demonstrando estar atenta, alinhada e comprometida com os direitos de crianças e mulheres brasileiras.

Diante de um cenário mundial de perseguições, silenciamentos e achincalhamentos de mulheres que falam e defendem direitos humanos de meninas e mulheres baseados no sexo, a relatora corajosamente emitiu um comunicado cujo teor e defesa estava em seu enunciado **"Permita que mulheres e meninas falem sobre sexo, gênero e identidade de gênero sem intimidação ou medo: especialista da ONU"**⁴.

Nele demonstrava o comprometimento com o mandato a qual foi designada, bem como a preocupação com o cenário político mundial em relação as mulheres *"com o espaço cada vez menor em vários países do Norte Global para que as mulheres, as organizações feministas e seus aliados se reúnam e/ou se expressem pacificamente para exigir respeito às suas necessidades com base em seu sexo e/ou orientação sexual"*;

"Estou profundamente preocupada com a escalada de intimidação e ameaças contra mulheres e meninas por expressarem as suas opiniões e crenças relativamente às suas necessidades e direitos com base no seu sexo e/ou orientação sexual. O desacordo com as opiniões das mulheres/meninas, inclusive por parte de políticos,

2

<https://www.ohchr.org/en/statements/2022/11/brazil-un-experts-urge-new-government-target-violence-against-women-and-girls>

³ <https://x.com/UNSRVAW/status/1601470574051880962?s=20>

4

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/05/allow-women-and-girls-speak-sex-gender-and-gender-identity-without>

MATRIA - Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil
CNPJ 52.872.940/0001-74

Sede - Rua Jerônimo Coelho, 78 - sala 294 - Centro - Joinville/SC - CEP 89201-050
www.associacaomatria.com

acadêmicos e defensores dos direitos das mulheres, nunca deve ser usado como motivo para justificar a violência e a intimidação.”

Desde Março de 2023, com convite do Governo brasileiro (gestão 2018-2022) a relatora convocou toda a sociedade brasileira para que enviassem contribuições acerca de temas e situações de desproteção de mulheres e meninas, para que ela tivesse ciência e contribuísse para sua preparação, cuja visita estava marcada para 31 de Julho a 10 de Agosto de 2023, foram diversas chamadas em suas redes sociais para a contribuição da Sociedade Civil brasileira⁵.

Mas sem qualquer explicação plausível o Governo atual, representado pelo Ministério das Mulheres, desmarcou a visita da relatora ao Brasil, sem qualquer explicação, nem mesmo nota de esclarecimento foi fornecida, de modo a se "justificar" para toda sociedade civil que se empenhou por meses em responder às convocações da Relatora à contribuição de temas acerca da desproteção de crianças e mulheres brasileiras.

3 - A Perseguição Política e Misógina de Organizações e Lobbys à Relatora Especial, Reem Alsalem.

Nesse íterim, a Relatora passou a ser alvo de perseguições políticas por meios de Organizações Trans-Ativistas de Lobbys Pró-Trans, que entendem as notas públicas da Relatora acerca da Defesa e Proteção de Mulheres e Meninas, como "anti-trans".

De maneira explícita, como demonstra a Nota "**Não há lugar para agendas anti-trans na ONU**"⁶, onde de maneira desonesta e covarde atacam e perseguem politicamente a Relatora. A nota foi assinada por algumas dessas entidades brasileiras de Lobby Trans, como:

47. Associação Transvida

48. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)

49. Associação Brasileira LGBTI+ (ABGLT)

⁵ <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2023/call-inputs-country-visit-brazil>

⁶ <https://www.awid.org/news-and-analysis/nao-ha-lugar-para-agendas-anti-trans-na-onu>

50. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do BRASIL (ANTRA)⁷

Uma entidade se destaca, não apenas pela insistência em atacar a Relatora, mas também pela proximidade com o Governo, como veremos adiante.



🏳️‍🌈 Não há espaço na ONU para a transfobia

Relatora da ONU além de assediar instituições que se levantam contra sua transfobia, deu ENTREVISTA EXCLUSIVA para o maior portal de direita do país

O fundo do poço não tem limites para quem luta pelo direito de ser transfóbico!



1:15 PM · 28 de out de 2023 · 2.082 Visualizações

<https://x.com/AntraBrasil/status/1718300350598300061?s=20>

⁷ <https://x.com/AntraBrasil/status/1675835649461739521?s=20>



ANTRA Brasil
@AntraBrasil



Ótima matéria para conhecer a RELATORA DA ONU que é contrária a políticas de autodeterminação para pessoas trans e defende sexo como critério para definir o que é mulher.

Cheirinho de transfobia...



9:04 AM · 4 de out de 2023 · 1.359 Visualizações



<https://x.com/AntraBrasil/status/1709539978957471960?s=20>



ANTRA Brasil
@AntraBrasil



que está em pleno curso no campo progressista e na ONU com a presença de uma relatora abertamente transfóbica; nem sobre os ataques contra parlamentares trans e falta de medidas de proteção para a garantia de suas atuações; nem sobre ataques transfóbicos nas universidades;

11:09 AM · 13 de set de 2023 · 223 Visualizações



<https://x.com/AntraBrasil/status/1701961378393649357?s=20>

MATRIA - Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil
CNPJ 52.872.940/0001-74

Sede - Rua Jerônimo Coelho, 78 - sala 294 - Centro - Joinville/SC - CEP 89201-050
www.associacaomatria.com



https://www.instagram.com/reel/C1uUWDjhulX/?utm_source=ig_web_copy_link

4 - A convivência dos Órgãos Governamentais com a perseguição à Relatora que incide sobre todas as Mulheres e Meninas brasileiras.

Apesar do Governo Federal ter restabelecido o Ministério das Mulheres, e com isso passando a ter no corpo do Governo uma Ministra exclusiva para as pautas das Mulheres, percebemos a conivência desse órgão governamental com esse cenário de perseguição política à Relatora da ONU.

Era de se esperar que o Ministério das Mulheres fosse o órgão mais empenhado em garantir a visita da relatora, ao contrário o que assistimos foi o silêncio e a falta de explicação às Mulheres de porquê não querem a vinda da Relatora para assistir as Mulheres e Meninas brasileiras.

Foi publicizado por do Instagram desse Ministério que um dos primeiros contatos com a Sociedade Civil foi com a Organização ANTRA⁸, com exatos 26 dias de Governo a Ministra da Mulher recebeu em seu gabinete a comitiva composta por pessoas do sexo masculino com "autoidentidade feminina", essa mesma entidade viria a publicizar também em suas redes sociais, ataques e acusações falaciosas à Relatora da ONU, demonstrando claramente o viés persecutório a sua atuação política como Mulher e como Relatora Especial.

Em 01 de Novembro de 2023 o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, emitiu por meio do site oficial do Governo a seguinte nota: **Nota sobre o posicionamento da Relatora da ONU**

Nela acusa a Relatora de *"adoção de posições alinhadas com o que defende a extrema-direita e segmentos sociais radicais que flertam com a transfobia e a demonização de corpos e subjetividades trans"*, a acusação acrescenta e atribui a Relatora uma suposta *"discriminação[...] e discurso de ódio"*.

Como é típico da cultura misógina e machista de desqualificação das competências das mulheres a nota acrescenta *"nos surpreende muito que uma especialista de direitos humanos da ONU faça uso de seu mandato para disseminar e promover visões que se opõem ao conceito de gênero e ao direito de autodeterminação das pessoas trans"*.

Os mesmos tentam desqualificá-la atrelando-a ao suposto "inimigo" como vemos no trecho *"Em recente entrevista concedida com exclusividade para um portal abertamente alinhado à extrema direita brasileira"*.

Como também é típico, tal como inquisidores na Idade Média ao condenar a nova "Bruxa à Fogueira da Inquisição", eles proclamam sentenças e condenações *"Consideramos*

⁸ https://www.instagram.com/p/Cn48l8yO7G0/?utm_source=ig_web_copy_link



necessário e urgente que a Sra Reem Alsalem seja questionada em relação a essas posições e condutas".

5 - Mulheres também têm direito à fala e à defesa, e os Órgãos Governamentais deveriam ser os primeiros a protegerem e defenderem esse Direito.

Os ataques e as tentativas de cerceamento da atuação que vemos na [“Nota sobre o posicionamento da Relatora da ONU”](#) se dirigem, evidentemente, a todas as mulheres que lutam por seus direitos baseados em seu sexo, afinal essa é a realidade material que ao longo de toda a história da humanidade caracterizou metade da população mundial, mulheres⁹. A mensagem subjacente dos autores da nota é a seguinte: se podemos manipular um governo no sentido de censurar uma relatora da Organização das Nações Unidas, imaginem o que poderemos fazer com respeito a uma simples cidadã brasileira que ouse falar em defesa de sua própria classe sexual.

Se simples declarações sobre a constituição biológica das mulheres bastam para gerar preocupação entre membros de algum grupo, a tal ponto que chegam a empenhar todas as suas forças em uma tentativa de cerceamento e perseguição política, então não é mais necessária nenhuma evidência para apontar que se trata de um grupo misógino de perseguição política às Mulheres, que vê qualquer progresso nos direitos das mulheres como uma ameaça.

Diante desse cenário de perseguição à Relatoria Especial Reem Alsalem, que ilustra a também perseguição política, em especial às Mulheres, mas não só, e sim a toda a sociedade brasileira que não subscreve as crenças e ideologia da "Teoria Queer" tão "bem representada" nos exemplos que expusemos nesta Denúncia.

Exigimos que o Congresso brasileiro tome ciência, acolha e interfira, conforme seu poder e desígnio, pois estamos diante de uma ataque não apenas a uma Mulher em cumprimento de seu trabalho, nem apenas de mulheres em seu "lugar de fala", mas ao próprio Estado de Direito e de Liberdades.

⁹ **Essa realidade material, histórica, congênita e imutável que categoriza os seres humanos nas duas únicas categorias sexuais que existem: Macho e Fêmea, ou o que convencionamos chamar de Homem e Mulher. Isso não é sobre ideologia e crença, é sobre ciência, história e natureza**



Um ataque orquestrado por parte de um setor minúsculo da sociedade, porém autoritário e com a máquina do Estado a seu serviço.

É dever desta casa zelar pela liberdade e defesa de direitos de todos os cidadãos, as Mulheres nesse país se constituem como a maior parcela da população e não podemos admitir que metade do país seja amordaçada de falar sobre si próprias.

Defender o mandato e a liberdade de atuação da Relatora Especial é defender as mulheres brasileiras nesse cenário.

O Governo brasileiro não pode se esconder, usando-se de Conselhos e Entidades para se isentar de suas próprias posições. Exigimos explicações, transparência e respeito.

Desse modo, esperamos que esta Casa tome providências para:

- Garantir a vinda da Relatora Reem Alsalem às terras brasileiras ainda no cumprimento do seu mandato;
- Que investiguem a negligência do Órgãos Governamentais diante de ações misóginas contra a Relatora e as Mulheres desse país que não subscrevem as crenças e ideologia da "Teoria Queer";
- Que o Ministério da Mulher explique-se porque atua isentando-se de se posicionar contra o ataque político às Mulheres que não subscrevem as crenças e ideologia da "Teoria Queer";

Agradecemos desde já e aguardamos breve retorno,

MATRIA,
Mães e trabalhadoras do Brasil
E-mail: matria.assoc@gmail.com